

Go
Be sustainable
responsible

European
civil society
on the road to
Rio+20

Conferência do CESE

7 e 8 de fevereiro de 2012



Comité Económico e Social Europeu



Conference message

Durante a conferência, «Agir sustentável, ser responsável! - A sociedade civil europeia na via da Conferência Rio+20», organizada pelo Comité Económico e Social Europeu em 7 e 8 de fevereiro de 2012, em Bruxelas, nós, representantes da sociedade civil organizada europeia, adotámos a seguinte mensagem:

1. Instamos **os líderes mundiais, na Conferência das Nações Unidas Rio+20, a comprometer-se com um plano de ação concreto** que possibilite o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, respeitando os limites do planeta. A promoção de uma economia verde tem de fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento global que equilibre os aspectos sociais, ecológicos e económicos, garantindo, ao mesmo tempo, uma equidade intergeracional e na distribuição de recursos;
2. Salientamos que a **erradicação da pobreza e o acesso seguro a alimentos suficientes, bem como o aprovisionamento em água potável e energia sustentável para todos** têm de ser uma das principais prioridades da agenda do Rio+20. Assinalamos que a promoção de uma agricultura local sã do ponto de vista ambiental nos países em desenvolvimento é essencial para combater a pobreza e melhorar a segurança alimentar, para além de ser um motor que permite o desenvolvimento de zonas rurais prósperas. Chamamos ainda a atenção para a necessidade de garantir a igualdade de direitos políticos, económicos e sociais às mulheres;
3. Instamos os líderes políticos a cumprirem o compromisso de atingir os **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio** e a adotarem medidas suplementares para garantir a eficácia dos necessários financiamentos. Em particular, instamos os países desenvolvidos a honrarem o compromisso de destinar pelo menos 0,7% do seu rendimento nacional bruto à ajuda ao desenvolvimento;
4. Exortamos os negociadores europeus a dar um destaque muito mais significativo à **dimensão social** do desenvolvimento sustentável do que na primeira versão do documento. As crescentes desigualdades sociais e económicas entre países e dentro de cada país requerem ações urgentes, uma vez que entravam os esforços em prol do desenvolvimento sustentável e da justiça na distribuição de recursos. Além disso, uma transição justa deverá garantir, aos trabalhadores, um trabalho digno e de elevada qualidade. Apelamos ainda à ratificação e aplicação das normas fundamentais sobre o trabalho da OIT e apoiamos sem reservas a iniciativa relativa a uma proteção social mínima;
5. Solicitamos aos líderes políticos que, no Rio de Janeiro, se comprometam a cumprir um **roteiro para uma economia verde**, com metas e mecanismos de monitorização claros, garantindo que a transição para sociedades sustentáveis é efetuada de uma forma economicamente eficiente, socialmente justa e sã do ponto de vista ambiental. Neste contexto, destacamos que o processo de transição tem de se basear numa cooperação constante com a sociedade civil, que inclua o diálogo social;

6. Instamos os **países europeus e outros países desenvolvidos** a assumirem no Rio o compromisso de **reduzir substancialmente o consumo dos recursos naturais limitados do nosso planeta**. Exortamos ainda os líderes europeus a aplicarem as metas acordadas ao nível da UE e a prepararem-se para iniciativas mais ambiciosas. Além disso, encorajamos os países emergentes a utilizarem os recursos naturais de forma mais eficiente;
7. Reclamamos medidas eficazes com vista à **eliminação gradual de padrões de consumo e de produção insustentáveis**, recorrendo, para isso, a um vasto leque de instrumentos políticos, incluindo medidas regulamentares, instrumentos de política fiscal, contratos públicos verdes e sociais, eliminação progressiva de subsídios prejudiciais ao ambiente, investigação no domínio da ecoinovação, internalização dos custos ambientais e outros incentivos orientados para o mercado, a par de medidas que promovam estilos de vida sustentáveis e a participação ativa dos consumidores no processo de transição. Apelamos ainda à adoção, no Rio, de um programa de trabalho decenal sobre o consumo e a produção sustentáveis;
8. Regozijamo-nos com o facto de a primeira versão do documento reconhecer as **limitações do PIB** enquanto forma de medir o bem-estar e reclamamos a participação da sociedade civil na elaboração urgente de indicadores complementares;
9. **Congratulamo-nos** com a iniciativa de criar, até 2015, um conjunto de **objetivos de desenvolvimento sustentável** através de uma abordagem equilibrada das três vertentes do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, solicitamos o lançamento, no Rio, de um processo inclusivo que associe os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio a objetivos de desenvolvimento sustentável abrangentes e que defina uma estratégia, bem como indicadores de desenvolvimento sustentável que incluam mecanismos claros de responsabilização dos intervenientes;
10. Defendemos a conclusão, no Rio, de um novo acordo global, a fim de assegurar os **investimentos necessários à ecologização da economia**;
11. Reconhecemos o papel fulcral e a **responsabilidade do setor privado** na consecução da transição para um desenvolvimento sustentável e salientamos que a ecologização da economia proporciona oportunidades às empresas. Assim, encorajamos as empresas e a indústria a aproveitarem tais oportunidades e apelamos a que os líderes políticos criem **quadros políticos claros, estáveis e previsíveis no domínio da economia ecológica**, que dêem às empresas a segurança, o quadro regulamentar e os incentivos propícios aos investimentos necessários;
12. Reclamamos a criação de um novo **conselho para o desenvolvimento sustentável**, em substituição da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, e de uma **nova agência da ONU para o ambiente**, baseada no PNUA. Ambos os órgãos devem garantir a participação efetiva da sociedade civil, representada pelos «grandes grupos»;
13. Acolhemos favoravelmente a proposta de criar a figura de **Provedor das Gerações Futuras**;
14. Apelamos a que os líderes políticos cheguem a acordo, na Conferência Rio+20, quanto às **medidas adicionais a adotar para melhorar a participação real da sociedade civil** e reforçar os níveis de poder mundial, nacional e local para evoluir para uma sociedade sustentável. Reclamamos também a criação de quadros jurídicos e institucionais adequados que garantam o acesso público à informação, o diálogo, a participação democrática e a monitorização. Defendemos ainda a promoção de fóruns multilaterais de partes interessadas, como os Conselhos Económicos e Sociais e os Conselhos Nacionais de Sustentabilidade, que constituem modelos de estímulo do debate com a sociedade civil. Além disso, solicitamos que sejam realizadas mais campanhas de sensibilização e ações de formação sobre o desenvolvimento sustentável;
15. Encorajamos a sociedade civil de todo o mundo a continuar a exercer pressão para que o resultado da conferência possa dar resposta aos desafios que enfrentamos. **A sociedade civil tem de assumir a responsabilidade a nível mundial!**
16. Acolhemos favoravelmente a **primeira versão** do documento publicado pela Mesa da Conferência das Nações Unidas Rio+20, que constitui um bom ponto de partida para as negociações subsequentes. Consideramos, no entanto, que essa primeira versão fica ainda aquém dos desafios acima mencionados;
17. Esperamos que os chefes de governo europeus assumam as suas responsabilidades e participem ativamente na Conferência Rio+20. Finalmente, apelamos ao empenhamento dos negociadores da UE, tendo em vista um documento mais ambicioso no que toca aos prazos, ao calendário, ao financiamento, às obrigações jurídicas e às medidas de acompanhamento, e chamamos a atenção para a necessidade de renovar e redinamizar a Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável no seguimento da Conferência Rio+20.